

Consulta jurídica secundária: expandindo o alcance das clínicas de direitos comunitárias do Ontário por meio de parcerias comunitárias

Muitas pessoas não sabem quando têm um problema jurídico. Quando procuram ajuda, muitas vezes recorrem a uma série de organizações comunitárias e serviços de assistência social. As clínicas de direitos comunitárias se esforçam para identificar essas pessoas e atender suas necessidades jurídicas. Este capítulo demonstra que a consulta jurídica secundária (CJS) é uma inovação bem-sucedida na prestação de assistência jurídica para resolver esses problemas. A CJS ocorre quando um advogado de uma clínica comunitária, um paralegal licenciado ou um funcionário experiente fornece aconselhamento individual por telefone ou e-mail a uma organização comunitária ou a assistentes sociais, ajudando-os a resolver problemas para seus próprios clientes.

A CJS foi primeiramente implementada como um componente permanente dos modelos de prestação de serviço de três clínicas de direitos comunitárias no Ontário, Canadá. Os autores avaliaram o projeto piloto do serviço de CJS nessas três clínicas, que funcionou de setembro de 2016 a abril de 2017. Os dados foram coletados de quatro fontes: (1) informações sobre as organizações comunitárias e os assistentes sociais que solicitaram o serviço de CJS para cada clínica; (2) entrevistas com profissionais que orientaram as CJS; (3) entrevistas com assistentes sociais e organizações comunitárias que utilizaram o serviço de CJS; e (4) anotações de casos de cada clínica.

Os autores concluem que a CJS funcionou para uma ampla gama de organizações comunitárias e assistentes sociais. Foram identificados três benefícios principais: (1) ampliou o alcance das clínicas de direitos comunitárias, identificando e tratando de necessidades jurídicas não atendidas que de outra forma passariam despercebidas; (2) ajudou a construir, dentro das organizações comunitárias e de assistência social, a capacidade de lidar com questões jurídicas, envolvendo-as na resolução direta dos problemas jurídicos

dos seus clientes; e (3) foi econômica. Um grande risco associado à CJS também foi identificado: que uma organização comunitária ou assistente social possa entender ou aplicar incorretamente a orientação dada pelo consultor da CJS ao ajudar seu cliente. Os consultores da CJS utilizaram uma estratégia comum de mitigação de riscos para lidar com esta preocupação.

O capítulo conclui apresentando dados atualizados de 2018 e 2019 e resultados de entrevistas realizadas com funcionários das clínicas em 2020, que demonstram que a CJS provou ser sustentável em cada clínica por dois anos após o projeto piloto e continua a ser altamente valiosa a nível comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: *Consulta jurídica secundária; Inovação; Problemas jurídicos cotidianos; Clínica de direitos comunitária; Acesso à justiça; Capacidade jurídica; Parcerias médico-jurídicas; Canadá.*